

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ALTA TENSÃO,
MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA AS
EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**

[2023_119CP]

CADERNO DE ENCARGOS

Outubro de 2023

AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ALTA TENSÃO, MÉDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
CLÁUSULA 1.ª OBJETO.....	3
CLÁUSULA 2.ª CONTRATO	3
CLÁUSULA 3.ª PRAZO CONTRATUAL	4
 CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE.....	4
CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	4
CLÁUSULA 5.ª MODIFICAÇÕES DOS CICLOS HORÁRIOS.....	5
CLÁUSULA 6.ª POTÊNCIA CONTRATADA.....	5
CLÁUSULA 7.ª MODIFICAÇÕES OBJETIVAS DO CONTRATO	6
CLÁUSULA 8.ª ROTULAGEM DE ENERGIA ELÉTRICA	7
CLÁUSULA 9.ª PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E RECLAMAÇÕES	7
CLÁUSULA 10.ª DEVER DE SIGILO.....	8
CLÁUSULA 11.ª TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	8
CLÁUSULA 12.ª CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	10
CLÁUSULA 13.ª TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS	10
CLÁUSULA 14.ª DEVER DE COOPERAÇÃO	11
 SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS.....	11
CLÁUSULA 15.ª OBRIGAÇÕES DA ADP SGPS	11
CLÁUSULA 16.ª OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS.....	12
CLÁUSULA 17.ª PREÇO CONTRATUAL	12
CLÁUSULA 18.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	13
CLÁUSULA 19.ª FATURAÇÃO ELETRÓNICA.....	13
CLÁUSULA 20.ª ACERTOS DE FATURAÇÃO	15

SECÇÃO III - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	15
CLÁUSULA 21.ª ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	15
 CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	16
CLÁUSULA 22.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO COCONTRATANTE ...	16
CLÁUSULA 23.ª SANÇÕES.....	17
CLÁUSULA 24.ª FORÇA MAIOR.....	18
CLÁUSULA 25.ª INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO POR FACTO IMPUTÁVEL ÀS CONTRAENTES PÚBLICAS	19
CLÁUSULA 26.ª RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DAS CONTRAENTES PÚBLICAS	20
CLÁUSULA 27.ª RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO COCONTRATANTE	21
CLÁUSULA 28.ª EXECUÇÃO DA CAUÇÃO.....	21
 CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS	22
CLÁUSULA 29.ª DEVERES DE INFORMAÇÃO.....	22
CLÁUSULA 30.ª COMUNICAÇÕES.....	22
CLÁUSULA 31.ª LEGISLAÇÃO	22
CLÁUSULA 32.ª FORO COMPETENTE	23
CLÁUSULA 33.ª DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO	23
CLÁUSULA 34.ª CONTAGEM DOS PRAZOS	23
 ANEXOS.....	24
Anexo I - Pontos de Entrega objeto do Contrato por Lote	25
Anexo II - Documento “Águas de Portugal - Manual de boas práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”	26

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a aquisição de energia elétrica em Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) para fornecimento aos pontos de entrega de cada um dos lotes identificados no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante, das **Contraentes Públicas** identificadas no artigo 2.º do Programa do Procedimento.

CLÁUSULA 2.ª CONTRATO

1. O Contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo **Cocontratante**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o Contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela **Contraente Pública** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

CLÁUSULA 3.^a

PRAZO CONTRATUAL

O Contrato é válido desde o dia 1 de janeiro de 2024 até ao dia 30 de junho de 2024, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do termo do Contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

CLÁUSULA 4.^a

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:

- a) O fornecimento de energia elétrica de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos e na legislação e regulamentação aplicáveis;
- b) A garantia de fornecimento de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- c) Cumprimento das obrigações decorrentes do acesso às redes das **Contraentes Públicas**, designadamente pelo pagamento aos operadores das redes a que os pontos das **Contraentes Públicas** se encontrem ligados;
- d) Nomear um Interlocutor que fará a ligação com o Coordenador do Contrato nomeado pela **AdP SGPS** e com o Gestor do Contrato nomeado por cada uma das **Contraentes Públicas**, no que concerne a todas as questões para a boa execução do Contrato, designadamente atividade do operador da rede de transporte e dos operadores das redes de distribuição com o objetivo de assegurar o cumprimento das regras constantes da legislação e da regulamentação vigentes;
- e) Comunicar às **Contraentes Públicas** e à **AdP SGPS**, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de energia elétrica nos respetivos pontos de entrega, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;

- f) Não alterar as condições do fornecimento fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se processa o fornecimento de energia elétrica, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelas **Contraentes Públicas** ou pela **AdP SGPS**;
- h) Possuir as apólices de responsabilidade civil profissional legalmente exigidas.

CLÁUSULA 5.^a

MODIFICAÇÕES DOS CICLOS HORÁRIOS

1. Durante o prazo de vigência do Contrato, as **Contraentes Públicas** podem solicitar, individual ou conjuntamente, a alteração dos ciclos horários aplicáveis aos pontos de entrega.
2. As modificações dos ciclos horários realizadas nos termos do número anterior produzem efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data do pedido.
3. Se a modificação dos ciclos horários conferir ao **Cocontratante** o direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato nos termos previstos no artigo 282.º, n.º I, do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** deve comunicar tal facto às **Contraentes Públicas** no prazo de 15 (*quinze*) dias após a solicitação da alteração, requerendo os termos do referido reequilíbrio financeiro do Contrato.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as modificações do Contrato resultantes da alteração dos ciclos horários dependem do acordo entre as partes.

CLÁUSULA 6.^a

POTÊNCIA CONTRATADA

1. O **Cocontratante** deve disponibilizar às **Contraentes Públicas**, por intermédio dos operadores das redes, a potência contratada para cada ponto de entrega, que deve corresponder ao último valor desta grandeza utilizado na faturação do uso de redes, sendo considerada, para efeitos de atualização da potência contratada, a máxima potência tomada, registada nos 12 meses anteriores, sendo esta determinada para efeito de aplicação de tarifas, de acordo com o disposto no Regulamento de Relações Comerciais.
2. Nos casos em que nas instalações se tenha procedido a investimentos com vista à utilização mais racional da energia elétrica, da qual tenha resultado uma redução da potência contratada

com carácter permanente, pode haver lugar a um pedido de redução da potência contratada, o qual deve ser satisfeito no mês seguinte, tal como previsto no n.º 3 do artigo 69.º do Regulamento de Relações Comerciais.

3. O **Cocontratante** deve prestar, dentro das suas competências, toda a assistência aos contraentes públicos em todos os procedimentos necessários à concretização das alterações das potências contratadas previstas nos números anteriores.

CLÁUSULA 7.ª

MODIFICAÇÕES OBJETIVAS DO CONTRATO

1. Por razões de interesse público, designadamente, em resultado da conclusão de empreitadas de obras públicas, do termo do período de arranque de infraestruturas ou da afetação de infraestruturas aos sistemas explorados e geridos pelas **Contraentes Públicas**, o objeto do Contrato relativo ao **lote 2** pode ser modificado por aditamento de novos pontos de entrega para além dos indicados no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos.
2. Os consumos dos novos pontos de entrega, para cada um dos níveis de tensão e ciclos horários aplicáveis, não podem ultrapassar, no seu conjunto, os seguintes parâmetros:
 - a) Para novas instalações alimentadas em Média Tensão, até ao limite máximo, numa base semestral, de 5% dos consumos de referência indicados no **ANEXO I** do Programa do Procedimento para a totalidade das instalações referidas no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos que utilizam o mesmo nível de tensão;
 - b) Para novas instalações alimentadas em Baixa Tensão Especial, até ao limite máximo, numa base semestral, de 10% dos consumos de referência indicados no **ANEXO I** do Programa do Procedimento para a totalidade das instalações referidas no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos que utilizam o mesmo nível de tensão.
3. Desde que observado o previsto no número anterior, a modificação objetiva não pode ser recusada pelo **Cocontratante** para um contingente máximo de:
 - a) **10 (dez)** novos pontos de ligação de energia elétrica alimentados em Média Tensão; e
 - b) **20 (vinte)** novos pontos de ligação de energia elétrica alimentados em Baixa Tensão Especial.
4. A modificação prevista no número anterior é realizada através de comunicação enviada ao **Cocontratante** pela **AdP SGPS**, na qualidade de representante de todas as **Contraentes Públicas**, através de mensagem de correio eletrónico, indicando o Código do Ponto de Entrega (CPE), a potência contratada e o ciclo horário.

5. As modificações comunicadas nos termos dos números anteriores produzem efeitos no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da comunicação da **AdP SGPS**.
6. Pelo fornecimento de energia elétrica aos novos pontos de entrega aditados ao abrigo do n.º I da presente cláusula, as **Contraentes Públicas** devem pagar ao **Cocontratante** a energia elétrica efetivamente consumida nos novos pontos de entrega, durante cada um dos diferentes períodos horários, ao respetivo preço unitário constante da proposta adjudicada conforme previsto na cláusula 17.ª do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 8.ª

ROTULAGEM DE ENERGIA ELÉTRICA

Sem prejuízo do disposto na lei, nas faturas regularmente emitidas ou na documentação que as acompanhe, o **Cocontratante** deve especificar para cada **Contraente Pública** de forma clara e compreensível as seguintes informações:

- a) A contribuição de cada fonte de energia para o total de energia elétrica adquirida;
- b) Os impactes ambientais correspondentes aos fornecimentos de energia elétrica, designadamente produção de resíduos radioativos e emissões de CO₂;
- c) As fontes de consulta em que se baseiam as informações disponibilizadas.

CLÁUSULA 9.ª

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E RECLAMAÇÕES

1. Sem prejuízo do direito que assiste às **Contraentes Públicas** de contactar diretamente os operadores de rede em questões que lhes digam diretamente respeito, o **Cocontratante** será responsável por responder a todos os pedidos de informação ou reclamações que lhe sejam dirigidos, conforme previsto no Regulamento da Qualidade de Serviço.
2. Os pedidos de informação e reclamações dirigidos pelas **Contraentes Públicas** ao **Cocontratante** devem ser respondidos no prazo máximo de:
 - a) 5 (cinco) dias úteis quando se trate de questões que lhe digam diretamente respeito, como faturação;
 - b) 20 (vinte) dias úteis quando se trate de questões cuja resposta depender do Operador da Rede de Distribuição (ORD).

CLÁUSULA 10.^a

DEVER DE SIGILO

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as **Contraentes Públicas** lhe indiquem para o efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11.^a

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções das **Contraentes Públicas**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções das **Contraentes Públicas** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelas **Contraentes Públicas**, ou por quem atue em representação destas.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato às **Contraentes Públicas** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato as **Contraentes Públicas** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/ de supervisão de que seja objeto.
11. Se o **Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, as **Contraentes Públicas** disponibilizando-lhes uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-as das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao **Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as **Contraentes Públicas**:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

- 13. O Cocontratante** obriga-se a ressarcir as **Contraentes Públicas** por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
- 14. O** incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelas **Contraentes Públicas**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 12.^a

CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 1. O Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a *1 (um)* ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelas **Contraentes Públicas**.
- 2.** Dependendo da opção das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

CLÁUSULA 13.^a

TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita das **Contraentes Públicas**, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, as **Contraentes Públicas** antes de proceder a essa transferência.

CLÁUSULA 14.^a

DEVER DE COOPERAÇÃO

O **Cocontratante** deve cooperar com as **Contraentes Públicas** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II -

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

CLÁUSULA 15.^a

OBRIGAÇÕES DA ADP SGPS

Constituem obrigações da **ADP SGPS**, enquanto Gestora do Contrato:

- a) Prestar esclarecimentos às **Contraentes Públicas** sobre os termos do Contrato e coligir as reclamações daquelas sobre a execução contratual;
- b) Nomear um Coordenador do Contrato para questões referentes à execução global do Contrato;
- c) Negociar com o **Cocontratante**, em nome e representação das **Contraentes Públicas**, a realização de modificações ao Contrato, nos casos legalmente admitidos;
- d) Monitorizar a execução do Contrato, em especial os consumos realizados pelas **Contraentes Públicas** e supervisionar a aplicação das condições contratuais;
- e) Sugerir às **Contraentes Públicas** a aplicação de sanções contratuais;
- f) Executar, em seu nome ou em representação das **Contraentes Públicas**, a caução prestada pelo **Cocontratante**, em caso de incumprimento das respetivas obrigações contratuais do mesmo em relação às referidas empresas.

CLÁUSULA 16.^a

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Nomear um responsável no seio da respetiva empresa (Gestor do Contrato), para efeitos de comunicações com o **Cocontratante** e com a **AdP SGPS** e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do Contrato e reportar os resultados da monitorização;
- c) Facultar à **AdP SGPS** toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados pelo **Cocontratante**, quando solicitado;
- d) Pagar as faturas regularmente emitidas pelo **Cocontratante** e que tenham sido aceites, no prazo previsto no n.º I da cláusula 18.^a do presente Caderno de Encargos;
- e) Aplicação de sanções contratuais, quando estas se mostrem devidas.

CLÁUSULA 17.^a

PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento de energia elétrica, as **contraentes públicas** devem pagar ao **Cocontratante** a energia elétrica efetivamente consumida em cada um dos pontos de entrega identificados no **ANEXO I**, durante cada um dos diferentes períodos horários de entrega de energia elétrica, ao preço unitário constante da proposta adjudicada.
2. Ao valor previsto no número anterior, acrescem de acordo com o Regulamento Tarifário do setor elétrico:
 - a) O preço relativo à Banda de Reserva de Regulação (BRR);
 - b) O preço relativo ao Mecanismo estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 33/2022, de 14 de maio, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 21-B/2023, de 30 de março, se aplicável;
 - c) As tarifas de acesso às redes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e faturadas pelo Operador da Rede de Distribuição (ORD);
 - d) As taxas e impostos legais aplicáveis ao consumo de energia elétrica;
 - e) IVA à taxa legal aplicável, caso este se mostre devido.
3. O preço da BRR previsto na alínea a) do número anterior deve ser comunicado mensalmente ao Coordenador de contrato designado pela **AdP SGPS** acompanhado de documento

justificativo da respetiva determinação por nível de tensão e período horário, em conformidade com as indicações do Operador da Rede de Transporte (ORT).

4. O contrato a celebrar não está sujeito a revisão de preços.

CLÁUSULA 18.^a

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelas **Contraentes Públicas**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias, através de transferência bancária, após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte das **Contraentes Públicas** quanto aos valores indicados nas faturas, devem estas comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelas **Contraentes Públicas** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, as **Contraentes Públicas** proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

CLÁUSULA 19.^a

FATURAÇÃO ELETRÓNICA

1. As faturas emitidas pelo **Cocontratante** às **Contraentes Públicas** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. As faturas devem ser emitidas na mesma data para todas as **Contraentes Públicas**, devendo coincidir as quantidades faturadas com o mês de calendário imediatamente anterior, exceto quando justificado pelo **Cocontratante**, por razões que não lhe sejam imputáveis.

3. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
- a) Ser emitida mensalmente individualizada por cada ponto de entrega identificado no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos;
 - b) Ser acompanhada da informação relativa ao fornecimento de energia elétrica ao abrigo do presente Caderno de Encargos durante o período de faturação, desagregada ao nível de todas as componentes previstas no regulamento tarifário permitindo uma clara e completa compreensão de todos os valores faturados com toda a informação relevante que permita a identificação das diversas parcelas que compõem o valor a faturar, nomeadamente:
 - (i) Informações sobre a leitura dos equipamentos de medição, os consumos de energia ativa (horas de ponta, cheias, vazio e super vazio) e reativa (fornecida e consumida), a potência contratada e a potência em horas de ponta, abrangendo a totalidade das grandezas medidas ou determinadas para efeitos de aplicação de preços e/ou tarifas;
 - (ii) As tarifas de acesso às redes fixadas pela ERSE, nas quais se incluem as tarifas de uso global do sistema, de uso da rede de transporte e de uso das redes de distribuição;
 - (iii) O preço da energia elétrica de acordo com a proposta adjudicada; e
 - (iv) Taxas e impostos legais aplicáveis.
4. As faturas eletrónicas a emitir devem cumprir, para além do definido no n.º I do artigo 299.º-B do CCP, o estabelecido no documento “*Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)*” constante no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante, nomeadamente as regras especiais aplicáveis à eletricidade indicadas no n.º 3.1 do referido documento.
5. As faturas eletrónicas devem ser enviadas pelo **Cocontratante** para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
6. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>.
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.
7. Em caso de discordância por parte das **Contraentes Públicas** quanto aos valores indicados nas faturas, estas devem comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos

fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8. As segundas vias das faturas em formato PDF deverão ser disponibilizadas de forma agrupada por Código de Ponto de Entrega (CPE) em sítio eletrónico do **Cocontratante**, acessível para cada **Contraente Pública** através de *password*, no mínimo, até 60 (sessenta) dias para além do termo do Contrato.

CLÁUSULA 20.^a

ACERTOS DE FATURAÇÃO

1. Em caso de ocorrência de acertos de faturação, designadamente determinados por anomalias de funcionamento do equipamento de medição, por procedimento fraudulento, por faturação baseada em estimativa de consumo ou necessidade de correção de erros de medição, leitura e/ou faturação, é adotado o seguinte procedimento:
 - a) Se o valor apurado for a favor da **Contraente Pública**, o acerto de faturação deve ser efetuado por compensação de crédito na própria fatura que tem por objeto o acerto;
 - b) Se o valor apurado for a favor do **Cocontratante**, aplica-se o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 48.º do Regulamento de Relações Comerciais, considerando para o efeito o número de meses objeto do acerto de faturação.
2. Os acertos de faturação a efetuar pelo **Cocontratante** subsequentes à faturação efetuada por estimativa dos consumos devem utilizar e indicar os dados disponibilizados pelo Operador da Rede de Distribuição ou comunicados pelas **Contraentes Públicas**, recolhidos a partir de leitura direta do equipamento de medição.

SECÇÃO III -

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 21.^a

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo Gestor do contrato designado pela **Contraente Pública**, bem como pelo Coordenador do Contrato designado pela **AdP SGPS**, a identificar no Contrato.

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 22.^a SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO COCONTRATANTE

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização expressa da **AdP SGPS**, em representação das **Contraentes Públicas**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP SGPS**, em representação das **Contraentes Públicas**, deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, as **Contraentes Públicas** podem determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **Contraente Pública**, pela ordem sequencial daquele procedimento.

CLÁUSULA 23.^a

SANÇÕES

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, as **Contraentes Públicas** podem exigir do **Cocontratante**, o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. As **Contraentes Públicas** podem, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, por cada dia de incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Quando o **Cocontratante** não assegure o fornecimento de energia elétrica a um qualquer ponto de entrega identificado no **ANEXO I** do presente Caderno de Encargos ou comunicado nos termos da cláusula 7.^a, por facto que lhe seja imputável, nomeadamente por falta de Contrato de uso de redes previsto na alínea c) da cláusula 4.^a que lhe permita fazer chegar a energia elétrica contratada a cada um dos pontos de entrega, o montante que corresponderá, no máximo, ao resultante da seguinte fórmula:

$$P \text{ [€]} = 0,05 * dP * \frac{ET}{(24 * dT)} * (pEA_P * tEA_P + pEA_C * tEA_C + pEA_V * tEA_V + pEA_{SV} * tEA_{SV})$$

P – Penalização a aplicar por instalação de utilização de energia elétrica (€);

dP – Penalização (horas de incumprimento);

ET – Energia Ativa Total prevista para fornecimento no contrato, para a respetiva instalação de utilização de energia elétrica, de acordo com os anexos (kWh);

dT – Dias totais previstos para o fornecimento (dias);

pEA_P Quociente entre a **Energia Ativa no Período de Horas de Ponta** [kWh_P] e a **Energia Total** [kWh] ao longo do período homólogo constante dos anexos, com a mesma duração do contrato, para a respetiva instalação de utilização de energia elétrica;

pEA_C Quociente entre a **Energia Ativa no Período de Horas Cheias** [kWh_C] e a **Energia Total** [kWh] ao longo do período homólogo constante dos anexos, com a mesma duração do contrato, para a respetiva instalação de utilização de energia elétrica;

pEA_V Quociente entre a **Energia Ativa no Período de Horas de Vazio** [kWh_V] e a **Energia Total** [kWh] ao longo do período homólogo constante dos anexos, com a mesma duração do contrato, para a respetiva instalação de utilização de energia elétrica;

pEA_{SV} Quociente entre a **Energia Ativa no Período de Horas de Super Vazio** [kWh_{SV}] e a **Energia Total** [kWh] ao longo do período homólogo constante dos anexos, com a mesma duração do contrato, para a respetiva instalação de utilização de energia elétrica;

tEA_P Preço do contrato para o fornecimento de energia elétrica ativa no Período de Horas de Ponta, sem tarifas de acesso às redes [€/kWh_{hp}] para a respetiva instalação;

tEA_C Preço do contrato para o fornecimento de energia elétrica ativa no Período de Horas Cheias, sem tarifas de acesso às redes [€/kWh_{hc}] para a respetiva instalação;

tEA_V Preço do contrato para o fornecimento de energia elétrica ativa no Período de Horas de Vazio, sem tarifas de acesso às redes [€/kWh_{hv}] para a respetiva instalação;

tEA_{SV} Preço do contrato para o fornecimento de energia elétrica ativa no Período de Horas de Super Vazio, sem tarifas de acesso às redes [€/kWh_{sv}] para a respetiva instalação;

- b) Quando, por facto imputável ao **Cocontratante**, a mudança técnica de comercializador não for promovida em cumprimento dos prazos previstos na Diretiva da ERSE n.º 15/2018, de forma a iniciar o fornecimento na data de início de vigência do Contrato prevista na cláusula 3.ª do presente Caderno de Encargos, o montante que corresponde, no máximo, ao resultante da fórmula constante da alínea anterior;
- c) Quando sejam incumpridos os prazos de resposta às reclamações apresentadas previstos no n.º 2 da cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, o montante corresponderá, no máximo, a € 276,00 (duzentos e setenta e seis euros) por incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as **Contraentes Públicas** decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. As **Contraentes Públicas** podem descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 24.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e

- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 25.^a

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO POR FACTO IMPUTÁVEL ÀS CONTRAENTES PÚBLICAS

- I. A verificação de uma das situações descritas no artigo 78.º do Regulamento das Relações Comerciais ou a falta ou atraso no pagamento das faturas emitidas pelo **Cocontratante** e que tenham sido aceites apenas determinam a suspensão do fornecimento de energia elétrica nos pontos de entrega em relação aos quais se verifica incumprimento.

2. A interrupção do fornecimento nas situações descritas no número anterior só pode ter lugar após o envio à **Contraente Pública** em falta de pré-aviso, por escrito, com uma antecedência mínima de 20 (*vinete*) dias relativamente à data prevista para interrupção.
3. Do pré-aviso referido no número anterior devem constar o motivo da interrupção do fornecimento, os meios ao dispor para evitar a interrupção, as condições de restabelecimento, bem como os preços dos serviços de interrupção e restabelecimento devidos por facto imputável às **Contraentes Públicas**.
4. Ainda que decorrido o prazo de pré-aviso referido no n.º 2 da presente cláusula, a interrupção do fornecimento por facto imputável às **Contraentes Públicas** não pode ter lugar no último dia útil da semana ou na véspera de um feriado.
5. A falta de pagamento dos montantes apurados em resultado de acerto de faturação, não permite a interrupção do fornecimento de energia elétrica quando seja invocada a prescrição ou caducidade pela **Contraente Pública**, nos termos e pelos meios previstos na lei.

CLÁUSULA 26.^a

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as **Contraentes Públicas** podem, conjunta ou isoladamente, a título sancionatório, resolver o Contrato, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante**, produzindo efeitos no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da data da comunicação, e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **Contraente Pública**.
4. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 23.^a relativamente ao objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelos danos excedentes.

CLÁUSULA 27.^a

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO COCONTRATANTE

1. A verificação das situações previstas no n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos apenas habilita o **Cocontratante** a resolver o Contrato quanto às obrigações de fornecimento e demais deveres associados quanto às **Contraentes Públicas** que se encontrem em incumprimento.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 28.^a

EXECUÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, pode ser executada pela **AdP SGPS**, em seu nome ou em representação das **Contraentes Públicas** sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo **Cocontratante** das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do Contrato ou da lei.
2. A resolução do Contrato pelas **Contraentes Públicas** não impede a execução da caução nos termos da lei ou do Contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o **Cocontratante** na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias, após a notificação da **AdP SGPS**, em seu nome ou em representação das **Contraentes Públicas** para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo **Cocontratante**, designadamente das obrigações de garantia.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 29.^a DEVERES DE INFORMAÇÃO

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 30.^a COMUNICAÇÕES

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao Contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no Contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

CLÁUSULA 31.^a LEGISLAÇÃO

1. O cumprimento das prestações contratuais das partes rege-se-á pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.
2. Durante a execução do Contrato, o **Cocontratante** obriga-se a respeitar toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade de comercialização de energia elétrica, nomeadamente o

Regulamento da Qualidade de Serviço, o Regulamento de Relações Comerciais e o Regulamento Tarifário.

3. O **Cocontratante** deve ainda cumprir com todas as leis e regulamentações que sejam aplicáveis à execução do Contrato, nomeadamente as respeitantes a matéria laboral e ambiental.

CLÁUSULA 32.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA 33.^a

DIREITO APLICÁVEL E NATUREZA DO CONTRATO

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

CLÁUSULA 34.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXOS

ANEXO I -

PONTOS DE ENTREGA OBJETO DO CONTRATO POR LOTE

Os pontos de entrega, identificados pelo respetivo Código do Ponto de Entrega (CPE), que integram o objeto do Contrato para cada lote são os listados no presente anexo.

(ficheiro fornecido em formato excel em anexo ao presente Caderno de Encargos)

ANEXO II -

DOCUMENTO “ÁGUAS DE PORTUGAL - MANUAL DE BOAS PRÁTICAS - FATURAÇÃO ELETRÓNICA INBOUND (FORNECEDORES)”



Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)

Manual de Boas Práticas

HISTÓRICO DE REVISÕES DO DOCUMENTO

Versão	Descrição	Data	Elaborado
1.0	Versão inicial	17-02-2021	DSI
1.4	Atualizações relacionadas com os casos especiais	25-03-2021	DSI

Sumário

1	Âmbito e Objetivo	1
2	Regras Gerais	2
2.1	Referência ao(s) pedido(s) de compra.....	2
2.1.1.	Documento com uma referência Pedido de Compra.....	2
2.1.2.	Documento com múltiplas referências Pedido de Compra	2
2.2	Item dos pedidos de compra.....	3
2.3	Unidades de medida	3
2.4	Coerência Item Documento VS Item Pedido Compra	5
2.4.1	Taxa de IVA	5
2.4.2	Preço unitário	6
2.4.3	Descontos e suplementos	7
2.5	Descontos e Suplementos de Cabeçalho	8
2.6	Período de Faturação.....	8
3	Regras Casos Especiais	10
3.1	Elettricidade	11
3.1.1	Identificação do CPE (cac:Delivery).....	11
3.1.2	Informações adicionais item (cac:AddittionalItemProperty)	11
3.2	Combustíveis.....	13
3.2.1	Identificação item (cac:SellersItemIdentification)	13
3.2.2	Informações adicionais item (cac:AdditionalItemProperty)	13
3.3	Comunicações	15
3.3.1	Identificação número cartão (cac:AdditionalItemProperty).....	15
3.3.2	Identificação natureza item (cac: SellersItemIdentification).....	15
3.4	Água	16
3.4.1	Código Identificação Local (cac:Delivery)	16
3.4.2	Identificação item (cac:SellersItemIdentification)	16
3.5	Bancos	16

1 Âmbito e Objetivo

Este documento tem como objetivo apresentar um conjunto de regras de boas práticas a adotar pelos fornecedores do grupo AdP, no âmbito da solução de faturação eletrónica (inbound) via EDI (Electronic Data Interchange), através da plataforma FE-AP disponibilizada pela ESPAP.

Quando os documentos são enviados para a plataforma FE-AP da ESPAP é garantido que estes cumprem o formato CIUS-PT (formato legal em vigor) e, caso não cumpram, são imediatamente rejeitados. A documentação, disponibilizada pela ESPAP, relativa ao formato CIUS-PT pode ser feita através do seguinte URL: <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>

De forma a ser possível a integração automática de documentos via EDI (Electronic Data Interchange) através da plataforma FE-AP, é fundamental que sejam cumpridas um conjunto de regras adicionais exigidas pelas empresas do Grupo AdP.

No momento de receção do documento nos sistemas do Grupo AdP, os documentos enviados pelos fornecedores são submetidos a uma etapa de validação e, caso não cumpram esses requisitos, serão devolvidos automaticamente pelo sistema.

Os próximos capítulos identificam em detalhe os requisitos que os documentos devem cumprir para serem aceites pelas empresas do Grupo AdP.

2 Regras Gerais

2.1 Referência ao(s) pedido(s) de compra

Todos os documentos enviados pelos fornecedores devem estar associados ao pedido de compra que originou a necessidade. Este documento apresenta a estrutura detalhada da compra pelo que, a fatura, nota de crédito ou nota de débito deverá respeitar integralmente as condições nele definidas.

Assim, nos documentos deverá ser sempre indicado o número do pedido de compra associado. Na eventualidade de um documento não ter esta informação, este será automaticamente devolvido.

2.1.1. Documento com uma referência Pedido de Compra

A indicação do pedido de compra é definida no campo **cac:ID** da estrutura **cac:OrderReference**, conforme ilustrado no exemplo em baixo:

```
<cac:OrderReference>
  <cbc:ID>30801540001</cbc:ID>
</cac:OrderReference>
```

2.1.2. Documento com múltiplas referências Pedido de Compra

Caso o documento esteja associado a mais do que um pedido de compra, a estrutura **cac:OrderReference** supramencionada deverá ter a informação de um dos pedidos de compra, conforme ilustrado no exemplo em baixo.

```
<cac:OrderReference>
  <cbc:ID>30801540001</cbc:ID>
</cac:OrderReference>
```

Neste cenário, é também necessário indicar o número do pedido de compra em cada item do documento no campo **cac:OrderReference/cbc:ID** da estrutura **cac:OrderLineReference**, conforme ilustrado no exemplo em baixo:

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>64</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>308044415423</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item> [12 lines]
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>
```


2.2 Item dos pedidos de compra

O documento, para além da informação do pedido de compra (ver capítulo 2.1), deverá para cada item do documento indicar qual a associação ao respetivo item do pedido de compra. Caso esta relação não conste no documento, este será imediatamente devolvido.

É possível que vários itens de um documento estejam associados ao mesmo item do pedido de compra.

O item do pedido de compra deve estar definido no campo **cac:OrderLineReference/cbc:LineID** em todos os itens do documento, conforme ilustrado no exemplo em baixo:

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>64</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>308044415423</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item> [12 lines]
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>
```

2.3 Unidades de medida

As unidades de medida indicadas no documento deverão estar de acordo com o definido no pedido de compra enviada. Caso as unidades de medida indicadas no documento não estejam de acordo com o definido no pedido de compra, o documento será automaticamente devolvido.

CONTACTO: Ana Raquel T. de Almeida dos Santos / AdP Serviços - DSI
EMAIL: ana.r.santos@adp.pt

NOTA DE ENCOMENDA 3083355550

					Moeda	EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor Líquido	
00010	FE_FEES_GESTAO	Fees Gestão Data de remessa: 24.02.2021	10,000UN A Taxa IVA: 23%	22,40/1UN B	224,00	
					Valor bruto:	214,00
					AdP:Suplem. abs.Prp.	10,00
					Total do item	224,00

A figura acima ilustra um exemplo de um pedido de compra onde são destacadas duas informações:

A. Unidade de medida da quantidade (formato ISO)**B. Unidade de medida da quantidade/preço (formato ISO)**

As unidade de medida são definidas no atributo **unitCode** dos campos **cbc:InvoicedQuantity** e **cbc:CreditedQuantity** (A) e do campo **cbc:BaseQuantity** (B).

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:Item> [44 lines]
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
```

2.4 Coerência Item Documento VS Item Pedido Compra

As informações dos itens dos documentos enviados são validadas, de forma a garantir o cumprimento das condições do pedido de compra. Destas informações destacam-se as mais importantes nos próximos capítulos.

2.4.1 Taxa de IVA

A taxa de imposto definida nos itens do documento enviado deve corresponder à taxa de imposto do item do pedido de compra correspondente. As figuras abaixo identificam a informação da taxa de IVA de um item no pedido de compra e no documento enviado pelo fornecedor.

CONTACTO: Ana Raquel T. de Almeida dos Santos / AdP Serviços - DSI
EMAIL: ana.r.santos@adp.pt

NOTA DE ENCOMENDA 3083355550

					Moeda EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor Líquido
00010	FE_FEES_GESTAO	Fees Gestão Data de remessa: 24.02.2021	10,000UN(C62) Taxa IVA: 23%	22,40/1UN(C62)	224,00
Valor bruto:					214,00
AdP:Suplem. abs.Prp.					10,00
Total do item					224,00

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>64</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>3083355550</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Mensalidade de Cartão - 932230776</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification>
      <cbc:ID>MENSALIDADE_CARTAO</cbc:ID>
    </cac:SellersItemIdentification>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>
  
```


2.4.2 Preço unitário

O preço unitário de cada item do documento indicado no campo **cac:Price/cbc:PriceAmount** deve coincidir com o preço indicado no pedido de compra. Esta validação também tem em consideração o valor do campo **cac:Price/cbc:BaseQuantity** e a quantidade/preço definida no pedido de compra. As figuras abaixo identificam a informação do preço e quantidade/preço de um item no pedido de compra e no documento enviado pelo fornecedor.

Nota: Esta validação não será realizada para itens de serviço (i.e. Empreitadas).

CONTACTO: HMFERREIRA

NOTA DE ENCOMENDA 308335551

						Moeda EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor	
00010	29030	KIT ANTICATIVAÇÃO D400 P/VALV HIDROBLOC Data de remessa: 23.01.2021	406,000 UN(C62) Taxa IVA: 23%	10,00 / 1UN(C62)	4.060,00	
						

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>1</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">5.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">50.00</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>KIT ANTICATIVAÇÃO D400 P/VALV HIDROBLOC</cbc:Name>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">10.00</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>

```

2.4.3 Descontos e suplementos

Quando existem suplementos ou descontos no item do pedido de compra, estes devem ser considerados pelo fornecedor no seu documento. Em baixo são identificadas duas formas para respeitar os descontos/suplementos indicados no pedido de compra. Para facilitar a compreensão é utilizado o cenário onde são faturados 50% do pedido de compra apresentado na figura em baixo, ou seja, 5UN, totalizando 112.00€.

CONTACTO: Ana Raquel T. de Almeida dos Santos / AdP Serviços - DSI
EMAIL: ana.r.santos@adp.pt

NOTA DE ENCOMENDA 3083355550

					Moeda EUR
N.Item	Material	Denominação	Qtd.Pedido(Un.ISO)	Preço	Valor Líquido
00010	FE_FEES_GESTAO	Fees Gestão Data de remessa: 24.02.2021	10,000UN(C62) Taxa IVA: 23%	22.40/1UN(C62)	224,00
					Valor bruto: 214,00
					AdP:Suplem. abs.Prp. 10,00
					Total do item 224,00

1. Faturar os suplementos e/ou descontos explicitamente

O fornecedor fatura exatamente de acordo com o pedido de compra, detalhando em cada item da fatura os descontos/suplementos quando estes existem.

Na figura apresentada em baixo está representado o item faturado, para o qual destacamos:

- Quantidade faturada (**InvoicedQuantity**) no valor de 5.00 UN e Subtotal de item (**LineExtensionAmount**) no valor de 112.00€;
- Referencia para a o item do pedido de compra, neste caso o item 10;
- Estrutura de encargos/descontos do formato CIUS-PT, com um valor (**Amount**) de encargo de 5.00€;
- Preço unitário no valor de 21.40€ (sem considerar o efeito do suplemento);

Nota: Neste cenário o valor do subtotal do item é igual a: *Quantidade X Preço + Suplemento*, ou seja:

$$5.00 \text{ UN} \times 21.40 \text{ €} + 5.00 \text{ €} = 112.00 \text{ €}$$

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">5.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">112.000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>3083355550</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:AllowanceCharge>
    <cbc:ChargeIndicator>true</cbc:ChargeIndicator>
    <cbc:AllowanceChargeReasonCode>ZZZ</cbc:AllowanceChargeReasonCode>
    <cbc:AllowanceChargeReason>encargo</cbc:AllowanceChargeReason>
    <cbc:Amount currencyID="EUR">5.00</cbc:Amount>
  </cac:AllowanceCharge>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Fees de Gestão</cbc:Name>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">21.4000</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
  
```

2. Faturar os suplementos e/ou descontos implicitamente

Neste cenário o fornecedor fatura respeitando os valores e preços do pedido de compra, mas não detalha em cada item da fatura os descontos/suplementos quando estes existem.

Na figura apresentada em baixo está representado o item faturado para o qual destacamos:

- A. Quantidade faturada (**InvoicedQuantity**) no valor de 5.00 UN e Subtotal de item (**LineExtensionAmount**) no valor de 112.00€ ; (Idêntico ao cenário anterior)
- B. Referencia para a o item do pedido de compra, neste caso o item 10; (Idêntico ao cenário anterior)
- C. Preço unitário no valor de 22.40€ (fornecedor apura o desconto/suplemento e afeta o preço unitário para respeitar esse desconto/suplemento)



```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">5.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">112.000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:OrderLineReference>
    <cbc:LineID>10</cbc:LineID>
    <cac:OrderReference>
      <cbc:ID>3083355550</cbc:ID>
    </cac:OrderReference>
  </cac:OrderLineReference>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Fees de Gestão</cbc:Name>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
    <cac:TaxScheme>
      <cbc:ID>VAT</cbc:ID>
    </cac:TaxScheme>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">22.4000</cbc:PriceAmount>
    <cbc:BaseQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:BaseQuantity>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
  
```

2.5 Descontos e Suplementos de Cabeçalho

Documentos com descontos e/ou suplementos ao nível do cabeçalho do documento (estrutura **cac:AllowanceCharge**) não serão aceites e serão automaticamente devolvidos.

2.6 Período de Faturação

Todos os documentos enviados pelos fornecedores devem, sempre que possível, ter a informação relativa ao período de faturação preenchida na estrutura de cabeçalho **cac:InvoicePeriod**, conforme ilustrado na figura a baixo:

```

<cac:InvoicePeriod>
  <cbc:StartDate>2020-07-01</cbc:StartDate>
  <cbc:EndDate>2020-07-31</cbc:EndDate>
</cac:InvoicePeriod>
  
```

Caso o período de faturação de determinados itens do documento seja distinto do definido no cabeçalho do documento, deverá ser preenchida a informação da estrutura **cac:InvoicePeriod** ao nível do item do documento, conforme ilustrado na imagem em baixo:

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>65</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:InvoicePeriod>
    <cbc:StartDate>2020-06-01</cbc:StartDate>
    <cbc:EndDate>2020-06-31</cbc:EndDate>
  </cac:InvoicePeriod>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Mensalidade de Cartão - 932230777</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification>
      <cbc:ID>MENSALIDADE_CARTAO</cbc:ID>
    </cac:SellersItemIdentification>
    <cac:ClassifiedTaxCategory>
      <cbc:ID>S</cbc:ID>
      <cbc:Percent>23.00</cbc:Percent>
      <cac:TaxScheme>
        <cbc:ID>VAI</cbc:ID>
      </cac:TaxScheme>
    </cac:ClassifiedTaxCategory>
  </cac:Item>
  <cac:Price>
    <cbc:PriceAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:PriceAmount>
  </cac:Price>
</cac:InvoiceLine>
```

3 Regras Casos Especiais

Tendo em consideração a imprevisibilidade dos conceitos de faturação utilizados em alguns setores, está prevista a dispensa prévia de pedido de compra para um conjunto de fornecedores, não sendo validadas as regras definidas no capítulo 2.1 e 2.2.

Os documentos dos fornecedores nesta situação devem, contudo, conter um conjunto de informações adicionais obrigatórias e específicas para cada setor. Os próximos subcapítulos identificam em detalhes as regras adicionais que os documentos destes setores devem cumprir.

De forma transversal a todos os casos especiais, o documento do fornecedor deverá identificar o número de contrato da AdP no campo **cbc:ID** da estrutura **cac:ContractDocumentReference**.

```
<cbc:DocumentCurrencyCode listID="ISO 4217">EUR</cbc:DocumentCurrencyCode>
<cac:InvoicePeriod>
  <cbc:StartDate>2019-11-17</cbc:StartDate>
  <cbc:EndDate>2019-12-17</cbc:EndDate>
</cac:InvoicePeriod>
<cac:BillingReference>
  <cac:InvoiceDocumentReference>
    <cbc:ID>FT-202010957933</cbc:ID>
    <cbc:IssueDate>2020-03-04</cbc:IssueDate>
  </cac:InvoiceDocumentReference>
</cac:BillingReference>
<cac:ContractDocumentReference>
  <cbc:ID>4406300708</cbc:ID>
</cac:ContractDocumentReference>
<cac:AccountingSupplierParty>
  <cac:Party>
```

Com o objetivo de facilitar o cumprimento das regras e minimizar problemas na validação de documentos o fornecedor deverá:

1. Enviar uma listagem com os códigos de produtos/materiais previstos;
2. Realizar um conjunto de testes no ambiente de pré-produção da plataforma FE-AP;

3.1 Eletricidade

3.1.1 Identificação do CPE (cac:Delivery)

Todos os documentos relativos ao setor de eletricidade devem indicar o CPE da instalação no campo **cbc:ID** da estrutura de cabeçalho **cac:Delivery** conforme ilustrado pelo exemplo em baixo

```
<cac:Delivery>
  <cbc:ActualDeliveryDate>2020-04-14</cbc:ActualDeliveryDate>
  <cac:DeliveryLocation>
    <cbc:ID schemeID="0001">PT0002000109538154KJ</cbc:ID>
    <cac:Address>
      <cbc:StreetName>RUA DOM PEDRO DE CASTRO, 1A </cbc:StreetName>
      <cbc:CityName>Vila Real</cbc:CityName>
      <cbc:PostalZone>5000-669</cbc:PostalZone>
      <cbc:CountrySubentity>Vila Real</cbc:CountrySubentity>
      <cac:Country>
        <cbc:IdentificationCode>PT</cbc:IdentificationCode>
      </cac:Country>
    </cac:Address>
  </cac:DeliveryLocation>
  <cac:DeliveryParty>
    <cac:PartyName>
      <cbc:Name>AGUAS DO NORTE SA</cbc:Name>
    </cac:PartyName>
  </cac:DeliveryParty>
</cac:Delivery>
```

3.1.2 Informações adicionais item (cac:AddittionalItemProperty)

Para além da identificação do CPE, detalhada no anterior capítulo, é também necessário que o ficheiro contemple as seguintes informações:

A. Ciclo Horário

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **CICLO_HORARIO**;
- Valores possíveis: DIARIO; SEMANAL; SEM CICLO;

B. Tarifário

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **TARIFARIO**;
- Valores possíveis: Simples; Bi-horario; Tri-horario; Tetra-horario;

C. Tensão

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **TENSAO**;
- Valores possíveis: AT; MT; BTE; BTN;

D. Tipo Leitura

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **TIPO_LEITURA**;
- Valores possíveis: REAL; ESTIMADA;

E. Fator

- Preenchimento obrigatório:
- Código Identificação: **FATOR**;

- Valores possíveis: Simples; Bi-horario; Tri-horario; Tetra-horario;
- Quando o preço do termo de potência é ao mês, indica 1, ou menos, ou mais, consoante os dias do mês;
- Quando o preço do termo de potência é ao dia, indica os dias de faturação;
- O campo fator é de carácter informativo, pelo que, quer o campo PriceAmount, quer o campo LineExtensionAmount já devem ter em consideração a aplicação do fator.

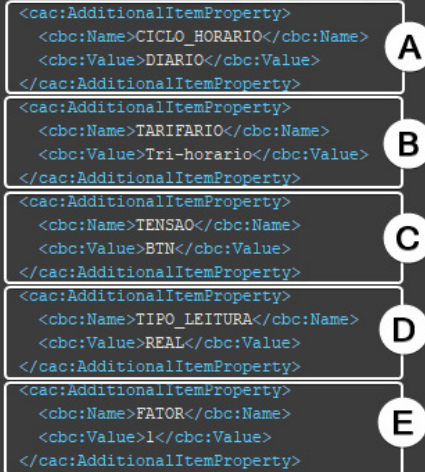
As informações acima indicadas devem estar preenchidas na estrutura **cac:Item\cac:AdditionalItemProperty** em todos os itens do documento. Nesta estrutura o campo **cbc:Name** deve ser preenchido com o código de identificação da informação e o campo **cbc:Value** deve conter o valor dessa informação.

A figura em baixo ilustra um exemplo do preenchimento dos campos.

```

<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>10000</cbc:ID>
  <cbc:Note>G/L Account</cbc:Note>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="KWH">1.00</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.35</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:InvoicePeriod>
    <cbc:StartDate>2020-01-02</cbc:StartDate>
    <cbc:EndDate>2020-02-04</cbc:EndDate>
  </cac:InvoicePeriod>
  <cac:Item>
    <cbc:Description>Tasa DGGE - Nao Domestico</cbc:Description>
    <cbc:Name>Tasa DGGE - Nao Domestico</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification> [2 lines]
    <cac:ClassifiedTaxCategory> [6 lines]
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>CICLO_HORARIO</cbc:Name>
      <cbc:Value>DIARIO</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TARIFARIO</cbc:Name>
      <cbc:Value>Tri-horario</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TENSAO</cbc:Name>
      <cbc:Value>BTN</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TIPO_LEITURA</cbc:Name>
      <cbc:Value>REAL</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>FATOR</cbc:Name>
      <cbc:Value>1</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
  </cac:Item>
  <cac:Price> [3 lines]
</cac:InvoiceLine>

```



3.2 Combustíveis

3.2.1 Identificação item (cac:SellersItemIdentification)

Todos os documentos relativos ao setor de combustíveis devem ter a informação do código de identificação do produto/material do item no campo **cac:Item\cac:SellersItemIdentification\cbc:ID**. Conforme indicado no capítulo 3, o fornecedor deverá, numa fase inicial, enviar uma listagem dos produtos/materiais previstos.

3.2.2 Informações adicionais item (cac:AdditionalItemProperty)

Para além da identificação da natureza de item, estes documentos devem contemplar as seguintes informações:

A. Tipo Cartão

- Preenchimento obrigatório;
- Código Identificação: **TIPO_CARTAO**;
- Valores possíveis: VEICULO; EMPRESA; PESSOAL;

B. Matrícula

- Preenchimento obrigatório;
- Código Identificação: **MATRICULA**;
- Valor no formato XX-XX-XX;

C. Marca e Modelo

- Preenchimento obrigatório quando o tipo de cartão é Veículo;
- Código Identificação: **MARCA_MODELO**;
- Valor textual;

D. Valor total KMs Veículo

- Preenchimento obrigatório quando o tipo de cartão é Veículo;
- Código Identificação: **KM**;
- Valor deve ser um número inteiro;

E. Data Transação

- Preenchimento facultativo;
- Código Identificação: **DATA_TRANSACAO**;
- Valor deve estar no formato DD-MM-YYYY;

F. Hora Transação

- Preenchimento facultativo;
- Código Identificação: **HORA_TRANSACAO**;
- Valor deve estar no formato HH:MM:SS;

As informações acima indicadas devem estar preenchidas na estrutura **cac:Item\cac:AdditionalItemProperty** em todos os itens do documento. Nesta estrutura o

campo **cbc:Name** deve ser preenchido com o código de identificação da informação e o campo **cbc:Value** deve conter o valor dessa informação.

A figura em baixo ilustra um exemplo do preenchimento dos campos.

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>1</cbc:ID>
  <cbc:Note>GASOLEO EVOLOGIC</cbc:Note>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="LTR">49.54</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">44.17</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:Item>
    <cbc:Description>GASOLEO</cbc:Description>
    <cbc:Name>GASOLEO</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification> [2 lines]
    <cac:StandardItemIdentification> [2 lines]
    <cac:ClassifiedTaxCategory> [6 lines]
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>TIPO_CARTAO</cbc:Name>
      <cbc:Value>VEICULO</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>MATRICULA</cbc:Name>
      <cbc:Value>38-UT-16</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>MARCA_MODELO</cbc:Name>
      <cbc:Value>CITROËN DS5</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>KM</cbc:Name>
      <cbc:Value>0</cbc:Value>
    </cac:AdditionalItemProperty>
  </cac:Item>
  <cac:Price> [2 lines]
</cac:InvoiceLine>
```

3.3 Comunicações

3.3.1 Identificação número cartão (cac:AdditionalItemProperty)

Todos os documentos relativos ao setor de comunicações devem contemplar o número do cartão associado à despesa em questão na estrutura **cac:Item\cac:AdditionalItemProperty** em todos os itens do documento. Nesta estrutura o campo **cbc:Name** deve ser preenchido com o código **NUM_CARTAO** e o campo **cbc:Value** deve conter o número do cartão conforme ilustrado na figura no final do capítulo seguinte.

3.3.2 Identificação natureza item (cac: SellersItemIdentification)

Para além da identificação do número do cartão, estes documentos devem também ter a informação da natureza do item no campo **cac:Item\cac:SellersItemIdentification\cbc:ID**.

Estão previstas as seguintes naturezas de item:

- MENSALIDADE_EQUIPAMENTO
- MENSALIDADE_CARTAO
- MENSALIDADE_DADOS
- COM_NACIONAIS
- COM_INTERNACIONAIS
- TRAF_DADOS_NACIONAIS
- ROAMING_COM
- ROAMING_DADOS
- MENSALIDADE_CIRCUITO_APN
- MENSALIDADE_ACESSO_FIXO

```
<cac:InvoiceLine>
  <cbc:ID>67</cbc:ID>
  <cbc:InvoicedQuantity unitCode="C62">1.000</cbc:InvoicedQuantity>
  <cbc:LineExtensionAmount currencyID="EUR">0.5000</cbc:LineExtensionAmount>
  <cac:Item>
    <cbc:Name>Mensalidade de Cartão - 932658575</cbc:Name>
    <cac:SellersItemIdentification>
      <cbc:ID>MENSALIDADE_CARTAO</cbc:ID> A
    </cac:SellersItemIdentification>
    <cac:ClassifiedTaxCategory> {6 lines}
    <cac:AdditionalItemProperty>
      <cbc:Name>NUM_CARTAO</cbc:Name>
      <cbc:Value>932658575</cbc:Value> B
    </cac:AdditionalItemProperty>
  </cac:Item>
  <cac:Price> {2 lines}
</cac:InvoiceLine>
<cac:InvoiceLine>
```

3.4 Água

3.4.1 Código Identificação Local (cac:Delivery)

Todos os documentos relativos ao setor de água devem indicar o código de identificação do local no campo **cbc:ID** da estrutura de cabeçalho **cac:Delivery** conforme ilustrado pelo exemplo em baixo. Este código deverá ser composto por 7 dígitos.

```
<cac:Delivery>
  <cac:DeliveryLocation>
    <cbc:ID>2105269</cbc:ID>
    <cac:Address>
      <cbc:StreetName>Etar de Alcântara</cbc:StreetName>
      <cbc:CityName>LISBOA</cbc:CityName>
      <cbc:PostalZone>1300-254</cbc:PostalZone>
      <cac:Country>
        <cbc:IdentificationCode>PT</cbc:IdentificationCode>
      </cac:Country>
    </cac:Address>
  </cac:DeliveryLocation>
  <cac:DeliveryParty>
    <cac:PartyName>
      <cbc:Name>Águas do Tejo Atlântico, S.A.</cbc:Name>
    </cac:PartyName>
  </cac:DeliveryParty>
</cac:Delivery>
```

3.4.2 Identificação item (cac:SellersItemIdentification)

Todos os documentos relativos ao setor de combustíveis devem ter a informação do código de identificação do produto/material do item no campo **cac:Item\cac:SellersItemIdentification\cbc:ID**. Conforme indicado no capítulo 3, o fornecedor deverá, numa fase inicial, enviar uma listagem dos produtos/materiais previstos.

3.5 Bancos

Todos os documentos relativos ao setor bancário associados à faturação no âmbito da gestão e manutenção das contas bancárias das empresas do Grupo AdP, estão isentas do cumprimento dos requisitos detalhados no capítulo 2.1. e 2.2.